

FIDELINO DE FIGUEIREDO: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E HISTÓRIA

Ernesto Castro Leal¹

Resumo: Este artigo pretende analisar o pensamento educativo de Fidelino de Figueiredo durante a primeira fase do seu trabalho intelectual (1908-1928). Ele propôs a educação integral e articulou as suas reflexões com base nas ideias de “ensino educativo” e de “espírito histórico”, e foi influenciado por ideias filosóficas, psicológicas e históricas de Herbert Spencer (evolução), Frédéric Queyrat (abstracção), Alfred Fouillée (ideia-força), Émile Boutroux (contingencialismo cultural), Henri Berr (síntese histórica), e Benedetto Croce (espiritualismo, historicismo). Valoriza-se neste artigo a análise da relação entre educação, política e história dentro do seu pensamento.

Palavras-chave: Fidelino de Figueiredo, Educação, Política, História, Memória.

Abstract: This article aims to analyse Fidelino de Figueiredo's thought on education during the first phase of his intellectual work (1908-1928). He propounded integral education and articulated his reflections based on the concepts of “educational teaching” and “historical spirit”, having been influenced by the philosophical, psychological and historical ideas of Herbert Spencer (evolution), Frédéric Queyrat (abstraction), Alfred Fouillée (“*idée force*”/power idea), Émile Boutroux (cultural *contingentialism*), Henri Berr (historical synthesis), and Benedetto Croce (spiritualism, historicism). The analysis of the relationship between education, politics and history within his thinking is valued in this paper.

Keywords: Fidelino de Figueiredo, Education, Politics, History, Memory.

¹Doutor e Agregado em História pela Universidade de Lisboa – Portugal. Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Grupo de Investigação – Usos do Passado do Centro de História da Universidade de Lisboa (UID/HIS/04311/2013). castroleal@letras.ulisboa.pt.

Introdução

O intelectual português Fidelino de Sousa Figueiredo (1888-1967) nasceu e morreu em Lisboa, tendo permanecido no Brasil entre 1938 e 1951 como professor da então Universidade do Brasil (1939-1941), no Rio de Janeiro, e da Universidade de São Paulo (1941-1951). Formado em 1910 no Curso Superior de Letras com o Curso Geral (Secção de História e Geografia) e o Curso de Habilitação ao Magistério (Liceal), produziu um profícuo pensamento, editando centenas de títulos em monografias e publicações periódicas – 796 títulos registados num catálogo português (BIBLIOTECA NACIONAL, 1989, p. 53-107) –, sobre diversos temas, com incidência na Literatura, mas também na História, Filosofia, Educação, Crítica Literária e Estética, Ficção e Memorialismo, ou Política. Jacinto do Prado Coelho diria que “Raro encontraremos aliança tão íntima de sólida erudição e densa experiência vital” (COELHO, 1984, p. 333) e Hernâni Cidade periodizou o tempo longo do seu pensamento criativo em três fases – 1910-1928, 1928-1951 e 1951-1967 (CIDADE, 1972, p. 432).

Se é certa a precocidade na escrita literária, sendo exemplos de ficção – *Maria* (1905), *O órfão* (1905), *Os amores do visconde* (1906) e *Os humildes* (1908) – e de outros textos – *Notas elucidativas aos poemas “Camões” e “Retrato de Vénus” de Almeida Garrett* (1906) e *Os melhores sonetos da língua portuguesa* (1907) –, o primeiro momento de reflexão crítica ocorreu com o folheto *Arte moderna (Miragem crítica)* (1908), seguido das conferências sobre *Antero de Quental: a sua psicologia, a sua filosofia, a sua arte* (1909) e sobre *Herculano: crítico, poeta e romancista* (1910). Compartilhamos a posição de Mário Carneiro que, para a análise global do seu ideário, antecedeu em dois anos a periodização da primeira fase do pensamento (1908-1928) (CARNEIRO, 2000, p. 403-406).

Este é o arco temporal do presente artigo, que corresponde, entre 1910 e 1927, ao único momento em que Fidelino de Figueiredo acompanhou o trabalho intelectual com a acção política, durante a I República Portuguesa (5-10-1910 a 28-5-1926) e inícios da Ditadura Militar (28-5-1926 a 12-8-1927), em sucessivas filiações políticas conservadoras: republicano parlamentar (1910-1917), republicano presidencial autoritário (1918-1919), monárquico parlamentar (1920-1925) e nacionalista autoritário (“ditadura nacionalista”) de perfil presidencialista e integralista orgânico (1926-1927); envolveu-se na tentativa de golpe da direita radical em 12 de agosto de 1927, liderado pelo oficial de Marinha Filomeno da Câmara e por Fidelino de Figueiredo (“golpe dos Fifis”), o que conduziu ao exílio em Espanha até

1930, sendo professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid (LEAL, 1999, p. 94-102, 109-116, 124-125, 138-141, 212-133, 323-328).

Ao longodesses 20 anosda vida portuguesa e europeia, atravessados pela Primeira Guerra Mundial, eue fazem parte do tempo conjuntural de crise do Estado liberal no sul e centro da Europa (c.1890-c.1930), os seus pensamentos educativos, políticos e históricosarticularam-se, funcionando como razão instrumental de uma ética pública para criar espírito novo e construir a democracia, assente na liberdade individual.É justamente esta relação entre educação, política e história que se pretende valorizar no presente artigo, acrescentando conhecimento sobre a vida e o pensamentode Fidelino de Figueiredo entre 1908 e 1928, anos que correspondem em Portugal, respectivamente, ao Regicídio do Rei D. Carlos e do Príncipe herdeiro Luís Filipe e à nomeação de António Oliveira Salazar para o cargo de ministro das Finanças, início dasua presença governamental até 1968, sendo Presidente do Conselho desde 1932.

As mudanças ocorridas no seu pensamento foram apresentadas por si em 1929: “Partindo dum anarquismo juvenil e romântico, logo republicano idealista, através dum tradicionalismo estético, moderador da fúria jacobina, costeei um monarquismo inviável, com a vetusta aliança do trono e do altar, «mais en faisant mes réserves et sans y adhérer»” (FIGUEIREDO, 1929, p. 156-157). De facto, aderiu: “monárquico é o homem de letras que a organiza e dirige [revista *Portugália*]” (FIGUEIREDO, 1925, p.6).Um dos traços constantes foi a sua concepção “pragmática” da vida e da acção.

Fundamentos da Educação: o “ensino educativo”

Nos finais de 1910,Fidelino de Figueiredo, então professor de História no Liceu da Lapa (depois nomeado Pedro Nunes) em Lisboa, diagnosticou a “desnacionalização geral” portuguesa e apresentou a sua visão sobre a necessidade de fundamentar a moralidade pública e de promover a cultura científica em Portugal através do “espírito histórico”, da“vista filosófica do seu meio e do seu tempo”e de um “fim social”,no livro*O Espírito histórico*,que teve três edições (1910, 1915, 1920) e foi o primeiro volume da Biblioteca de Estudos Históricos Nacionais por si dirigida:

O conceito de evolução, que transforma por completo os juízos, que nos obriga a julgar duma forma inteiramente relativa e causal, e que é o fundamento da educação, os próprios professores primários e secundários não a têm, sendo frequente que o aluno fique até ao fim da sua carreira, sob o peso duma impressão primeira (...). Ora todo o atraso provém da

ausênciada causa, que noutras sociedades motivaram o progresso: a cultura científica. E dentro desta cultura científica, o espírito histórico foi da mais poderosa influência. Noção de evolução, causalidade, faculdade de abstrair, tudo ele implica (FIGUEIREDO, 1910c, p. 10-12).

Seguindo na generalidade o pensamento evolucionista de Herbert Spencer (1820-1903) (*First Principles*, 1862), inscreveu o conceito de evolução entre os fundamentos da nova educação racional e humanista, com utilidade individual e utilidade social, dando corpo a um plano de educação nacional, “segundo um mesmo espírito filosófico”, quer na educação formal (programas escolarizados de disciplinas lectivas), quer na educação popular (programas de conferências públicas), que estavam ausentes da prática educativa: “Tudo tem sido desconexo e pondo de lado a função educativa da instrução. Modernamente, desde Herbart, a instrução vale principalmente como meio de educação e menos como fim, e a essa ideia devem algumas sociedades o seu progresso, entre elas a americana” (*Ibidem*, p. 12).

O filósofo e pedagogo Johann Friedrich Herbart (1776-1841) aderiu à educação integral de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) (*Le chant du cygne*, 1826), que visava a criatividade, a consciência e a autonomia individuais (interesse, experiência, discussão) e a melhoria da sociedade. Encontra-se este ideário no pensamento educativo do filósofo e cientista Herbert Spencer (*Education physical, intelectual and moral*, 1861), onde se inscrevem princípios de ensino-aprendizagem como estes, radicados nas leis da evolução biológica e social: comunicar do simples para o complexo e do homogêneo para o heterogêneo; começar pelo concreto até ao abstracto e do empírico para o racional; considerar historicamente a humanidade; combinar a instrução de conteúdos (formação intelectual) e a aquisição de competências (utilitarismo de funções) com a educação de princípios morais de conduta (ética do dever).

Influenciado por Pestalozzi, Herbart e Spencer, pelo movimento da “Escola Nova” de Adolphe Ferrière (1879-1960) e por Frédéric Queyrat (1858-1926) (*L’Abstraction et son rôle dans l’éducation intellectuelle: étude de psychologie appliquée*, 1895), Fidelino de Figueiredo concluiu em abril de 1910 um ensaio sobre a *Educação da abstracção*, onde salientou a importância da psicologia da abstracção na educação intelectual para a elaboração superior do conhecimento, complexificando a restrita consciência imediata dos objectos pela multiplicação de conjunto de representações parcelares. No processo pedagógico de “ensino educativo”, após o lugar dominante do método intuitivo sensorial nas primeiras classes do ensino liceal, sem esquecer uma primeira cultura da abstracção, devia intensificar-se

progressivamente nas outras classes do ensino liceal os meios educativos mais complexos através do método abstracto dedutivo (FIGUEIREDO, 1910b, p. 272-274).

Essa progressiva complexidade racional começava na leitura, porque já se podia produzir imagens concretas por meio da inteligência e não só pelos sentidos, e continuaria noutras disciplinas de maior alcance educativo, como a gramática, a história, a geografia ou o cálculo mental, terminando no meio mais complexo para desenvolver a abstracção no final do ensino liceal: o “ensino conexo da história e da filosofia” visando a preparação de acesso ao ensino superior ministrado então no Curso Superior de Letras (Lisboa) e na Faculdade de Direito (Coimbra). Em que consistia esse novo meio? Pergunta e responde Fidelino de Figueiredo: “Em discernir na obra de alguns historiadores a equação de sistema filosófico ou moral, a influência das pré-concepções. Não é fazer historiografia crítica, é, muito simplesmente, estabelecendo o sistema ou as ideias pré-aceitas pelo historiador, ir procurar na obra as suas consequências benéficas ou deformadoras da verdade” (*Ibidem*, p. 275). Em 1918-1919 reafirmou a necessidade de “penetrar o ensino das humanidades, no liceu, de um pouco de espírito filosófico”, pensando nas disciplinas de História e de Literatura, e defendeu a retirada da Filosofia como disciplina autónoma no ensino liceal, porque “requer um estádio mental” só atingível no ensino superior (FIGUEIREDO, 1918-19, p. 8-9).

No início do regime republicano português antevisava finalmente a possibilidade de “democratizar o indivíduo”, para criar a democracia no espaço público e o regime livre do sufrágio eleitoral, o que implicava a transformação radical do ensino, tornando-o um “ensino educativo”. Definiu deste modo o ideal moderno dos cidadãos: “racionalista sem estreiteza, baseando a sua conduta moral sobre as normas superiores da razão, procurando conciliar a sua máxima liberdade e máxima felicidade com os interesses de conjunto” (FIGUEIREDO, 1911, p. 10). Uma educação inteiramente nova exigia um ensino assente na promoção conjunta da educação científica, da educação histórica e da educação filosófica, evitando a atomização do saber visto que o “ideal a atingir é que o homem moderno se torne, na máxima generalidade, receptivamente enciclopédico, produtivamente especialista” (*Ibidem*, p. 17-18).

A adesão filosófica às ideias modernas de evolução, de causalidade e de abstracção conduziram Fidelino de Figueiredo a defender a necessidade do uso educativo do “método psicológico”, com a finalidade da educação ser uma “psicologia aplicada, que procura, subsidiando-se das disciplinas, dum maneira adequada, favorecer e orientar nesse sentido o desenvolvimento individual” (*Ibidem*, p. 11). Para o desenvolvimento integral da consciência individual, o educador devia ter em atenção três dimensões basilares dos educandos –

pensamento, sentimento e vontade –, pelo que era necessário dispor de uma sólida educação psicológica e de metodologias e instrumentos de ensino adequados (*Ibidem*, p. 14).

Aplicou as suas ideias modernas de “ensino educativo” e de “método psicológico” na proposta de revisão dos programas de História do ensino secundário (liceu), que elaborou em finais de 1914 a convite do ministro da Instrução Pública, José de Matos Sobral Cid, professor de Psiquiatria forense na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, membro do Governo republicano de Bernardino Machado. Não chegou a entrar em vigor essa proposta devido à constituição pouco tempo depois de um novo Governo sem a presença desse ministro. Quanto às bases essenciais, destaque-se:

- A História, como quase todas as disciplinas liceais, tem um propósito instrutivo (transmissão de elementos fundamentais da cultura) e educativo (formação espiritual), adequado a determinada sociedade;

- A História transporta especiais recursos para dar à educação um carácter nacional, dentro da política de “nacionalização do ensino”, formando um carácter enérgico e uma inteligência viva;

- Na primeira secção (1ª, 2ª e 3ª classes), o ensino histórico é essencialmente moral e patriótico, ministrando-se um “conhecimento integral da história pátria”, primeiro decomposta nas suas principais individualidades, depois reunida e coordenada;

- Na segunda secção (4ª e 5ª classes), o ensino histórico visa transmitir os elementos essenciais da história universal, dividida em “épocas”, começando pela Idade média, para preparar a integração histórica de Portugal, continuando na Idade moderna e na Idade contemporânea (4ª classe), e, de seguida, a Antiguidade oriental e a Antiguidade clássica (5ª classe), por terem um grau de ensino mais difícil;

- Na terceira secção (6ª e 7ª classes), o ensino histórico aprofunda-se e regressa-se a uma atenção prioritária face à história pátria, introduzindo a novidade da história local, cujo programa devia variar de região para região, para desenvolver a capacidade de investigação e experiência em torno de um pequeno problema de história local e preparar o “espírito municipalista”;

- O professor tinha de apresentar as suas lições em séries cronológicas, explicando a ligação causal dos acontecimentos, atendendo à simultaneidade de acontecimentos e mostrando a não repetição em história, a frequência do “acidente” (acaso) e a ausência de leis fixas no fenómeno histórico, distinguindo a causalidade no campo social e no domínio da natureza;

• Quanto ao material de ensino era indicado um compêndio para cada classe, um atlas de geografia histórica, um álbum histórico e uma máquina de projecções por sala de aula, promovendo-se visitas de estudo a museus, bibliotecas, arquivos e lugares e monumentos históricos (FIGUEIREDO, 1915, p. 37-44).

Em 1915 Fidelino de Figueiredo aproximou-se da União Republicana, um partido da direita republicana moderada, dirigido pelo médico militar Manuel de Brito Camacho, a que aderiu nos finais de 1917, e esteve também em 1915 na criação da Liga Nacional, dirigida pelo capitão-tenente António Pereira de Matos, uma associação cívico-política em que participaram personalidades republicanas, monárquicas e católicas moderadas, nacionalistas indiferentes à forma de regime político e monárquicas antiliberais. Em 1917 tornou-se sócio da Comissão Central 1º de Dezembro, associação que evocava a memória histórica da Restauração de 1640.

Nos inícios de 1918 aderiu ao Partido Nacional Republicano, fundado para apoiar a República Nova presidencialista de Sidónio Pais, foi eleito deputado e nomeado director da Biblioteca Nacional e chefe de gabinete do ministro da Instrução Pública, José Alfredo Mendes de Magalhães, professor de Dermatologia e Sifilografia na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Voltará a ser novamente director da Biblioteca Nacional em 1927, no regime de Ditadura Militar, nomeado pelo então ministro da Instrução Pública, o mesmo José Alfredo Mendes de Magalhães, repetindo-se por algum tempo a situação ocorrida em 1918.

A colaboração intelectual de Fidelino de Figueiredo na reforma do ensino liceal (decreto 4650, de 14-7-1918), patrocinada pelo ministro Alfredo de Magalhães, está bem visível nas novas ideias pedagógicas dos novos programas das disciplinas (decreto 5002, de 27-11-1918), que este pensador português divulgava desde 1910, incorporando no programa de História as ideias do programa que elaborara em 1914. A justificação oficial dessas ideias pedagógicas seguia o seu pensamento educativo, como se pode verificar através da análise que Vasco Pulido Valente fez dos pressupostos dessa reforma quanto ao ideal pedagógico das disciplinas:

Por um lado, a importância conferida ao valor “formal” das diversas disciplinas, designadamente à respectiva capacidade para desenvolver as várias faculdades do espírito e para fortalecer o patriotismo dos alunos. Por outro lado, a constante vontade de obedecer às regras spencerianas da boa instrução, mantendo-a ligada à “vida prática” (VALENTE, 1973, p. 89).

Anoção de “imagem-força” que Fidelino de Figueiredo criou num texto de agosto de 1931 – inspirado no título do incunábulo, *Imago mundi*, de Pierre d’Ailly (1351-1420),

académico da Universidade de Paris e cardeal de Paris em 1411, e na noção de “ideia-força” de Alfred Fouillée (1838-1912), desenvolvida em *Psychologie des idées forces* (1893) – seria outro fundamento da educação. Começou por explicar que o acto educativo implicava assimilar o educando à cultura do seu tempo e habilitá-lo a lutar pela vida: “a assimilação efectua-se pela transmissão duma imagem actual do mundo, em miniatura, média ou real, numa série de círculos concêntricos, a habilitação para a luta promove-se pela polarização profissional da individualidade”; e definiu cultura como “sistema de juízos e ideais condutores, deduzidos da imagem do mundo e induzidos da experiência”, decorrentes de cada época (FIGUEIREDO, 1934, p. 45).

Comparando as “ideias-forças” com as “imagens-forças”, considerou que as primeiras, segundo a psicofisiologia, tinham um impulso dinâmico imediato e individual, enquanto as segundas, segundo a história, tinham um impulso dinâmico mediato unificador das consciências, podendo ser colectivo: “*Imagem-força* é (...) uma visão do mundo, verosímil ou errada, mas com uma aliciativa actualidade cultural, da qual se extrai um plano de acção ou para lhe suprir lacunas, ou para a desdobrar em corolários ou para a assaltar em crítica” (*Ibidem*, p. 50). Precisava o seu ponto de vista:

A *imagem-força* contém uma metafísica, uma moral, uma política e uma pedagogia, é uma unidade sinérgica, composta de altos esforços de especulação pura e de práticas preocupações quotidianas em cada acto nosso e em cada sugestão educativa, os quais se vitalizam por uma infatigável exegese, como a do Quixote, que filiava todos os seus actos e palavras na sua concepção cavalheiresca da existência (*Ibidem*, p. 51).

Na “imagem-força” estava implícito o voluntarismo criativo – “impulso realizador” –, que decorria de um sistema de valores e devia projectar-se em acção (filosofia de acção), desempenhando a pedagogia a função de orientação e estímulo da “criatividade” (refere que esta palavra era do filósofo alemão Hermann Keyserling) para se construir culturalmente a condição humana; recordava que nesse “esforço criativo” tinha que se manifestar “a coragem, o amor do risco ou a confiança na fecundidade do risco. Ortega y Gasset já salientou na *Rebelión de las masas* que a insegurança é companheira de todas as épocas verdadeiramente criadoras” (*Ibidem*, p. 59-60). Dessa visão integrada, “que alia a soberania do espírito à vontade criadora” (*Ibidem*, p. 55), depreende-se uma interdisciplinaridade curricular e um novo método pedagógico.

Os conceitos de evolução e de “imagem-força” foram usados por Fidelino de Figueiredo como importantes fundamentos filosóficos da nova educação, propiciando o desenvolvimento harmónico mas diferenciado de faculdades e qualidades humanas dos educandos dentro de uma reforma geral do ensino primário, do ensino secundário e do ensino superior, devendo exprimir os programas e os métodos das diferentes disciplinas a evolução etária e psicológica dos estudantes, radicados numa visão do mundo. No ensino superior das Humanidades, valorizou os estudos históricos e os estudos filosóficos, pelas suas “altas funções sociais”, propiciando os primeiros o poder de observação científica dos factos sociais, acima do empirismo vulgar, e os segundos a integração do saber e da actividade nos problemas mais gerais da vida e do mundo (FIGUEIREDO, 1911, p. 21).

O objectivo desta meditação filosófica sobre a nova educação e a reforma educativa geral, considerada urgente nos primórdios da República em Portugal, era o da promoção da instrução e da educação, num sentido psíquico, com vista à formação integral da individualidade, em busca da curiosidade científica e da cidadania:

Só, quando pela educação tivermos formado portugueses de personalidade na pujança máxima, livres, abertos à relatividade das coisas, causalistas e evolucionistas, quando a sua mentalidade se tiver complicado de novos sentimentos e novas noções, só quando a todos os unificar um ideal social bem sentido, convergindo todas as energias numa direcção determinada, só então teremos fundado uma democracia, e evitado os seus perigos, o predomínio de alguns, que não os melhores, e o despotismo da multidão votante (*Ibidem*, p. 22).

História e Memória: o “espírito histórico”

A criação de uma opinião pública esclarecida implicava, para Fidelino de Figueiredo, a educação histórica radicada noutra “espírito histórico”, tendo em vista uma nova percepção do processo de formação histórica da identidade nacional. Este pensamento inseria-se nos debates europeus da transição do século XIX para o século XX, onde se manifestaram diversas vias de reflexão crítica sobre a universalização do paradigma racionalista-naturalista (métodos de análise verificáveis aplicados na físico-química e na biologia) para todos os campos científicos, envolvendo o confronto entre progresso e tradição e apresentando a necessidade de distinguir, como ponto de partida, a gnosiologia e a metodologia das “ciências da cultura” face às das “ciência da natureza”, para depois se estabelecer o diálogo e o confronto disciplinares (GODINHO, 1971, p. 239-261; PEREIRA, 1990, p. 235-256).

Questionava-se assim o lugar único da razão científica (monismo) para a observação e a interpretação da realidade e, em alternativa, propunha-se a interligação da razão científica com outros processos analíticos (pluralismo), que faziam uso da intuição (intuicionismo de Henri Bergson), do sentimento, da experiência e da contingência (pragmatismo de William James) ou da metafísica espiritual da liberdade do espírito (espiritualismo de Benedetto Croce).

O fundo moral e ideológico dessa diversificada área de pensamento crítico do cientificismo enraizava-se numa atitude mental de “desilusão do progresso”, acelerada a partir da década de 1890 – após o tempo da “ilusão do progresso” das décadas de 1850-1870 –, o que configurou uma nova crise profunda no pensamento moderno europeu: a primeira crise (1680-1715) originara os iluminismos; da segunda crise (cerca de 1790) nasceram os romantismos; a terceira crise (1880-1920) colocará em confronto novos racionalismos e novos idealismos face à atitude a ter perante a humanidade e as suas realizações culturais, científicas e políticas, debatendo-se o estatuto da natureza (matéria e antimatéria), do sobrenatural ou do sujeito cognoscível. Fidelino de Figueiredo será influenciado, quanto à necessidade de outro “espírito histórico”, pelas orientações epistemológicas da *Revue de Synthèse Historique*, fundada por Henri Berr (1863-1954), em 1900, e da revista *La Critica*, fundada por Benedetto Croce (1866-1952), em 1903.

A crítica ao determinismo historicista convocou a valorização do sujeito, o diálogo disciplinar entre as ciências sociais e humanas (relevo inicial para a história, a sociologia e a geografia) e o método positivo (com recusa do positivismo filosófico). Fidelino de Figueiredo foi um importante filósofo da história – do “espírito histórico” –, revalorizando o mundo subjectivo das representações individuais e sociais (criatividade, imaginação, memória) não induzido do mecanicismo naturalista, daí ter sido influenciado por Émile Boutroux (1845-1921) quanto à necessidade de articular a atitude positiva com a atitude espiritualista e a liberdade com a contingência, o que remetia também para a “dialéctica dos distintos” de Benedetto Croce:

B. Croce assegura mesmo que é necessário essa atitude subjectiva, porque sem um ideal social, ainda mesmo pessoal, o historiador não atinge mais do que análises sem vida, amputadamente. É para desejar a atitude objectiva neste sentido: o historiador deve ser imparcial, nem arbitrário, nem apaixonado, mas deve ter um ideal social, uma vista filosófica de conjunto. Este mesmo pensamento exprimiu-o M. Boutroux, num pequeno artigo inaugural [*Histoire et Synthèse*] numa revista [*Revue de Synthèse Historique*], quando refere que história e análise implicam síntese, o que verifica até em qualquer juízo lógico (FIGUEIREDO, 1910c, p. 31).

No âmbito do seu historicismo crítico, o objecto da História era a “restituição do passado da sociedade humana”, reconstruindo-se essa evolução no tempo através de uma “síntese histórica” aproximativa das “épocas históricas”, subdivididas em “períodos históricos”, o que exigia a construção do *corpus* documental para estabelecer o “repertório de factos” (*Ibidem*, p. 25). A especificidade dos factos históricos decorria da sua sucessão no tempo e não da sua repetição e o trabalho do historiador aspirava à máxima representação concreta do passado através das relações causais. Deste modo, colocava a impossibilidade de serem formuladas leis históricas ou de serem previstos factos históricos: “E então, claramente, se põe a individualidade da história, não é ciência, nem filosofia, é um processo de conhecimento, como quer M. Henri Berr, director da *Revue de Synthèse [Historique]*” (*Ibidem*, p. 27).

Contrapõe a Sociologia à História, visto que aquela era a “ciência das sociedades e das instituições”, da sua formação, manutenção, evolução e dissolução, ao contrário desta que tinha por objecto as sociedades que mantinham uma sequência no tempo e uma continuidade de cultura; considerou que a Sociologia utilizava o método objectivo de indução e de comparação e que podia formular leis sociais de repetição dos fenómenos em identidade de circunstâncias (*Ibidem*, p. 17-22). Já em relação à Política, que “maximamente se preocupa com a previsão”, a História caracterizava-se pela incapacidade de previsão, mas poderá ser uma base essencial para as generalizações da Sociologia e para as aplicações práticas da Política (FIGUEIREDO, 1914, p. V).

Anoção de “valor” em História – “atingir elementos de valor reconhecido por todos os homens” (FIGUEIREDO, 1910c, p. 26) – abria o campo da Memória enquanto *locus* de representação identitária individual e colectiva, contribuindo para o enraizamento e a utilidade social do conhecimento histórico. Na sua visão da História de Portugal desde o século XII, estabeleceu em 1914 uma periodização moderna, que já não era dividida pela sucessão das dinastias reais mas sim pelas dimensões estruturais de cada “época histórica”, com alusão a conjunturas, acontecimentos e inovações: primeira época – formação territorial; segunda época – organização interna; terceira época – expansão marítima e colonial; quarta época – domínio castelhano; quinta época – reorganização interna e colonização do Brasil, constitucionalismo [monárquico] e situação contemporânea [republicana] (FIGUEIREDO, 1915, p. 43-44).

A *Revista de História* (1912-1928), dirigida por Fidelino de Figueiredo, com 16 volumes totais, exprimiu o trabalho intenso da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos,

criada em 1911, por Fidelino de Figueiredo, Cristóvão Aires (1853-1930), David Lopes (1867-1942) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941), com o objectivo de activar os estudos históricos nacionais, e inseriu-se no campo dos nacionalismos de investigação e de crítica cultural e espiritual (LEAL, 2002, p. 32-34). Considerou ser de grande importância as revistas e os jornais como mediadores imprescindíveis entre a História, “consciência de um povo”, e a Opinião Pública, “idiosincrasia colectiva” (FIGUEIREDO, 1919, p. 1). A relação entre História e Memória estava bem patente no Manifesto dessa Sociedade, datado de 1 de abril de 1912:

É a memória dos feitos ilustres uma das qualidades que nos elevam acima da animalidade e se bem atentarmos, veremos que os povos modernos mais fortes são os que melhor conhecem o seu passado.

Não descansamos, porém, com a leitura dos nossos historiadores mais ou menos contemporâneos dos factos que narram. As obras estão por assim dizer mortas, é preciso que nelas entre a vida que impeça o torpor e a estagnação. Assim o que sucede nas ciências naturais que nunca cessam de renovar as suas teorias e aumentar os seus conhecimentos deve também ser o método aplicado às ciências do espírito (SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 1912, p. 1).

Entre os sócios iniciais da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos encontramos elementos da elite intelectual com filiações espirituais, filosóficas e políticas diversas, como por exemplo, Francisco Xavier Teles (presidente), Fidelino de Figueiredo (secretário), Pedro de Azevedo (relator do projecto de estatutos e do manifesto), Anselmo Braamcamp Freire, António Sérgio, António Aurélio da Costa Ferreira, Cristóvão Aires, David Lopes, Damião Peres, Fortunato de Almeida, Gustavo Cordeiro Ramos, João Lúcio de Azevedo, José Leite de Vasconcelos ou José Maria Rodrigues. Assinale-se também o Abade do Baçal (Bragança), a Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães), José Pereira de Sampaio (Bruno) (Porto), o Instituto de Coimbra, António Ribeiro de Vasconcelos e Joaquim Mendes dos Remédios (Coimbra).

O período da Primeira Guerra Mundial mobilizaria argumentos históricos identitários para a justificação de posições ideológico-culturais e geopolíticas. Fidelino de Figueiredo interveio no debate público com o livro *Portugal nas guerras europeias* em finais de 1914. O objectivo era activar outro “espírito histórico” português sobre as guerras da Restauração contra Espanha (1641-1668) e a participação portuguesa nas guerras da Sucessão de Espanha (1702-1714), dos Sete Anos (1756-1763) e contra a França revolucionária e as Invasões napoleónicas (1803-1815). Reflectindo sobre esse passado histórico de guerras, com uma

intenção declarada do seu uso instrumental no presente vivido, recordou que Portugal tinha adoptado desde 1640 (restauração da independência) um sistema de política internacional ao lado da Inglaterra, apesar de não ser “sempre consciente, clara, franca, leal, sequente, mas foi sempre a praticada” (FIGUEIREDO, 1914, p. 67).

Na sua opinião, a Primeira Guerra Mundial traduzia fundamentalmente um confronto entre o Império Alemão e o Reino Unido, provocado pelo motivo principal da rivalidade económica (comercial), mas considerou também existir uma rivalidade de modelos morais e político-sociais (“autoritarismo monárquico centralista” *versus* “regime liberal”). Concluiu que, no ambiente guerrista europeu de 1914, havia a necessidade de se apresentar em Portugal, “como programa nacional, a política da aliança com a Inglaterra. Por parte da república [República Portuguesa], essa política não é mais do que uma retribuição – que o digam os dirigentes políticos. Fechando, uma vez mais, Portugal vai intervir numa guerra europeia” (*Ibidem*, p. 84).

Esta posição era formulada com cautela táctica, evitando a precipitação da intervenção de Portugal na frente europeia da Primeira Guerra Mundial, em virtude das dificuldades financeiras, da crise social e da deficiente força militar. Face à política dos intervencionistas radicais do Partido Republicano Português/“Partido Democrático” (dirigido por Afonso Costa), que conduziu à ida do primeiro Corpo Expedicionário Português para Flandres em janeiro de 1917, Fidelino de Figueiredo seguiu a posição dos intervencionistas moderados da União Republicana (dirigida por Brito Camacho) e aderiu a esse partido conservador em outubro de 1917, sendo candidato (não eleito) pela lista desse partido às eleições municipais de Lisboa no dia 4 de novembro desse ano.

Após a Primeira Guerra Mundial, Fidelino de Figueiredo reorientou o seu pensamento político para o monarquismo conservador e católico e foi candidato a deputado (não eleito) pela Causa Monárquica em 1921, 1922 e 1925, ao mesmo tempo que participava nas actividades da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, associação cívico-política conservadora criada em 1918, sob a direcção do capitão João Afonso de Miranda, tendo reunido personalidades republicanas e monárquicas, católicas e maçónicas. Acentuou entre 1925 e 1927 uma cultura política de matriz tradicionalista dinâmica: “regresso a uma mentalidade reconstrutiva, tradicionalista, sem imobilização, que é a morte na vida do espírito e das sociedades, e progressiva, sem incendiárias ideologias, que a morte são, só mais rápida” (FIGUEIREDO, 1925, p. 6).

Em junho de 1926 exprimiu o seu radicalismo político no opúsculo *O pensamento político do Exército*, do qual se afastou em 1928, contra o demo-liberalismo parlamentar e defendeu o nacionalismo político autoritário: tradicionalismo antidemocrático na organização do Estado e da família; propriedade vinculada; trabalho corporativo; crítica aos políticos profissionais; fortalecimento do poder central; antiparlamentarismo; aproveitamento dos valores portugueses e revisão da história pátria. O que exigia uma direcção política forte, sob a forma de “ditadura nacionalista”, transitoriamente exercida por militares, sendo, do ponto de vista jurídico-político, devedora do presidencialismo (doutrina política estadual da República Nova de Sidónio Pais) e do integralismo (doutrina orgânica societária do Integralismo Lusitano de António Sardinha) (FIGUEIREDO, 1926, p. 35-50).

Descrente na orientação política do regime de Ditadura Militar, passado um ano do golpe militar de 28 de maio de 1926, acentuou a sua “desilusão da democracia” e sobre a capacidade dos novos governantes orientarem decididamente o poder político para a promoção de uma obra de fomento económico e para a “organização da nação sobre bases antiparlamentares”, alicerçada nas “bases inabaláveis da firmeza moral e duma mentalidade declaradamente contra-revolucionária”: “É um momento crucial este na história portuguesa. Ou vence a autoridade, a ordem, a tradição (que não quer dizer de modo nenhum regresso, nem de regime nem de processo), a moralidade administrativa, a justiça (...), ou a vaga demolidora a todos subverterá” (FIGUEIREDO, 1927, p. 3-4).

Entre 1910 e 1928 o trabalho de Fidelino de Figueiredo sobre a construção da história e da memória portuguesas dirigiu-se para a revisitação crítica da historiografia da Literatura (clássica, romântica e realista), mas também das historiografias da História e da Filosofia, produzindo novas interpretações. Inspirou-se eticamente em duas individualidades portuguesas – o historiador e romancista Alexandre Herculano (1810-1877) (FIGUEIREDO, 1910a) e o filósofo e poeta Antero de Quental (1842-1891) (FIGUEIREDO, 1909) – e assumiu-se como um orientador social: “são os pensadores, os sábios e os artistas que, lá fora, orientam a opinião” (FIGUEIREDO, 1910c, p. 11). Ao longo do seu trajecto de reflexão intelectual e de acção política parece comprovar-se o que escreveu em meados de 1926 sobre os tempos da história humana: “É mais verosímil a teoria dos ‘corsi e ricorsi’, de G. B. Vico, do que a lei dos três estados de Augusto Comte [...]” (FIGUEIREDO, 1926, p. 40).

Considerações finais

Durante os anos de 1908 a 1928, Fidelino de Figueiredo pertenceu a uma geração intelectual que se preocupou com a revisitação e a reconstrução das tradições culturais e da experiência histórica portuguesa, mobilizando a memória contra o esquecimento, com a intenção de criar cidadania consciente. Esta lógica racional pretendia evitar a entropia da sociedade, sendo necessário articular o local e o global com o objectivo de impedir a divulgação do nacionalismo estreito e do cosmopolitismo largo. Em 1922 advertiu para o perigo de, na crítica ao “romantismo nacionalista e patriótico”, se enveredar por um “cosmopolitismo hiper-crítico, bem longe da aproveitada economia com que modernamente se recolhem todos os esforços das velhas gerações”(FIGUEIREDO, 1922, p. 7).

O novo “ensino educativo” e o outro “espírito histórico”, que Fidelino de Figueiredo teorizou, inscreviam-se na redefinição do processo cultural e civilizacional português, que a proclamada República em Portugal, no dia 5 de outubro de 1910, teria que promover para ser uma verdadeira democracia. Optimista até 1917 quanto a esse processo de mudança dentro do regime republicano parlamentarista, alimentou a ilusão de uma República Nova presidencialista em 1918 (foi deputado), mas afirmaria a sua descrença republicana a partir de 1920, através da colaboração com grupos políticos monárquicos e nacionalistas até ao golpe militar de 28 de maio de 1926, tendo acentuado o tópico doutrinário do “nacionalismo forte, mas crítico”, que devia ser, no entanto, aliado a um “cosmopolitismo curioso e incessante”, na organização da mentalidade conservadora (FIGUEIREDO, 1925, p. 6-7).

A perspectiva filosófica de evolução, de harmonia social e de reconstrução nacional orientou o pensamento conservador de Fidelino de Figueiredo para a definição de um projecto para Portugal, mobilizando a relação entre educação, política e história. Contudo, nesta fase do seu pensamento (1908-1928), inquietou-se com uma busca permanente de novos caminhos e novas atitudes, muito marcada pela vontade livre de reflexão e de acção, que analisou, retrospectivamente: “a flutuação, melhor diria a peregrinação e crescente libertação do meu espírito, formado no evolucionismo spenceriano, no determinismo histórico e no racionalismo político (...), foram-me conduzindo a um tradicionalismo político e eclesiástico” (FIGUEIREDO, 1929, p. 155).

Desde 1910, existiram, no entanto, constantes éticas e ideológicas no pensamento conservador de Fidelino de Figueiredo: moral cristã, tradição nacional como solidariedade viva do passado, nacionalização do espírito histórico, curiosidade cosmopolita, apologia do indivíduo face aos perigos multitudinários da massa e estatizantes do governo, educação

integral para a cidadania, temor dos extremos derrotistas cépticos e optimistas apologéticos, governo de competências políticas e técnicas, domínio colonial e vocação marítima de Portugal, ou concorrência harmónica entre propriedade, capital e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMORA, António Soares. *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Fidelino de Figueiredo (1888-1967)*. Coordenação de António Braz de Oliveira. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

CARNEIRO, Mário. Fidelino de Figueiredo. In: CALAFATE, Pedro (Dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*. V. V, t. 1, p. 402-424. Lisboa: Caminho, 2000.

_____. *O pensamento filosófico de Fidelino de Figueiredo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

CIDADE, Hernâni. *Portugal histórico-cultural*. Lisboa: Arcádia, 1972.

COELHO, Jacinto do Prado. Fidelino de Sousa Figueiredo. In: COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). *Dicionário de Literatura*. 3.^a ed. V. 2, p. 333-334. Porto: Figueirinhas, 1984.

FIGUEIREDO, Fidelino. *Antero de Quental: a sua psicologia, a sua filosofia, a sua arte*. Lisboa: Liga de Educação Nacional, 1909.

_____. *Herculano: crítico, poeta e romancista*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1910a.

_____. A educação da abstracção. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 29^a série, n. 9, p. 270-278, set. 1910b.

_____. *O Espírito histórico: introdução à biblioteca, noções preliminares – programa*. V. I. Lisboa: Biblioteca de Estudos Históricos, 1910c.

_____. *A educação na futura democracia portuguesa*. Lisboa: Cernadas & C^a – Livraria Editora, 1911.

_____. *Portugal nas guerras europeias: subsídios para a compreensão dum problema de política contemporânea*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1914.

_____. *O Espírito histórico: introdução à biblioteca, noções preliminares – programa*. 2.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1915a.

_____. Programas de história no ensino secundário. *Revista de História*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, v. 4, p. 37-44, 1915b.

_____. *História da Literatura Portuguesa: manual escolar*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918-19.

_____. Jornalismo. *O Jornal*, Lisboa, 3 dez., 1919, p. 1.

_____. *O Espírito histórico: introdução à biblioteca, noções preliminares – programa*. 3.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1920.

_____. Noção de sociologia. In: Idem. *Estudos de Literatura: artigos, discursos e conferências*. 3.^a série (1918-1920), p. 141-153. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

_____. *Para a história da filosofia em Portugal: subsídio bibliográfico*. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1922.

_____. Compromisso. *Portugália: revista de tradição, cultura e renovação nacional*, Lisboa: s.n., v. I, n. 1, p. 5-8, out. 1925.

_____. *O pensamento político do Exército*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926.

_____. Novos e Velhos. *Alma Nova*, Lisboa: s.n., 5.^a série, n. 1, p. 3-4, 15 jun. 1927.

_____. *Notas para um Idearium Português: política e literatura*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1929.

_____. Imagem-força: um conceito para a filosofia da educação. *Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, n. 20, p. 45-60, abr.-jun. 1934.

GODINHO, Vitorino Magalhães. As ciências humanas e um novo humanismo. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio*. V. IV, p. 239-261. Lisboa: Sá da Costa, 1971.

LEAL, Ernesto Castro. *Nação e Nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999.

_____. Nacionalismos portugueses: cultura e política no século XX. *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 5.^a série, n. 26, p. 29-39, 2002.

PEREIRA, José Esteves. A tensão entre progresso e tradição. In: REIS, António (Dir.). *Portugal Contemporâneo*. V. II, p. 235-256. Lisboa: Alfa, 1990.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS HISTÓRICOS. *Manifesto*. Lisboa: s.n., 1912.

VALENTE, Vasco Pulido. *O Estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930)*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1973.